

DE X PARA

REGULAMENTO FLORIPAPREV

<u>DE</u>	<u>PARA</u>	<u>JUSTIFICATIVAS</u>
PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS		
Plano de Previdência Complementar do Município de Florianópolis - FloripaPrev		
Sumário GLOSSÁRIO 3 CAPÍTULO I DA FINALIDADE 5 CAPÍTULO II DOS MEMBROS 5 CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS 7 CAPÍTULO IV DAS CONTRIBUIÇÕES 8 CAPÍTULO V DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS 9 CAPÍTULO VI DAS CONTAS 10		

CAPÍTULO VII	DOS BENEFÍCIOS	10		
CAPÍTULO VIII	DA CONTRATAÇÃO DA SEGURADORA	12		
CAPÍTULO IX	DOS INSTITUTOS LEGAIS	13		
CAPÍTULO X	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	15		
GLOSSÁRIO				
Assistido - Participante ou Beneficiário em gozo de benefício de prestação continuada previsto no Regulamento. Autopatrocínio - Instituto legal que faculta ao Participante a manutenção do pagamento de sua contribuição e a do Patrocinador, no caso de perda parcial ou total da remuneração recebida, de modo a permitir a percepção futura de benefícios nos níveis anteriormente previstos, observado o Regulamento. Beneficiário - Pessoa designada pelo Participante, nos termos do Regulamento, para fins de recebimento de benefícios em decorrência de seu falecimento. Benefício Proporcional Diferido - Instituto legal que faculta ao Participante, em razão da cessação do vínculo funcional com o Patrocinador, a interrupção de suas contribuições para o custeio do Benefício de Aposentadoria e da Parcela de Risco, optando por receber, em tempo futuro, um benefício quando do preenchimento dos requisitos exigidos.				

Cobertura por Sobrevivência – valor a ser pago ao Participante, na forma de renda ou pagamento único, em decorrência da sua sobrevivência ao fim do pagamento de um dos benefícios de prestação continuada, assegurado por contrato de seguro firmado entre a Entidade e sociedade seguradora. Conselho Deliberativo - É a instância máxima da Entidade, responsável pela definição das políticas e estratégias, dentre as quais a política geral de administração da Entidade e de seus planos de benefícios, conforme disposto em seu Estatuto Social. Convênio de Adesão - Instrumento que formaliza a relação contratual entre os patrocinadores e a entidade fechada de previdência complementar, vinculando-os a um determinado plano de benefícios. Cota ou Cota patrimonial - Fração do patrimônio atualizada pela rentabilidade dos investimentos, que permite apurar a participação individual de cada um no patrimônio total do plano de benefícios. Diretoria-Executiva - Órgão responsável pela administração da Entidade e dos planos de benefícios, observada a política geral traçada pelo Conselho Deliberativo, conforme definido no Estatuto Social. Entidade ou EFPC – Fundo Multipatrocinado de Previdência Complementar Santa Catarina – FUMPRESC. Extrato de desligamento - Documento fornecido pela Entidade ao Participante que se desliga do Patrocinador, com informações para subsidiar sua opção pelos institutos do Autopatrocinio, do Benefício Proporcional Diferido, da Portabilidade ou do Resgate.		
---	--	--

Fundo Administrativo - Fundo para cobertura de despesas administrativas a serem realizadas pela Entidade na administração do Plano. Índice do Plano – indexador utilizado para refletir a variação monetária nos benefícios do plano: INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Parcela de Risco – Valor contratado individualmente por Participante ou Assistido junto à sociedade seguradora, por meio da EFPC, limitado por este Regulamento, custeado paritariamente pelo Participante e pelo Patrocinador, destinado a compor a Conta de Participante nos casos de invalidez ou morte do participante ou a Conta de Assistido no caso de morte do assistido. Parcela Adicional de Risco – Valor contratado individualmente por Participante ou Assistido junto à sociedade seguradora, por meio da Entidade, custeado apenas pelo Participante ou Assistido, destinado a compor a Conta de Participante nos casos de invalidez ou morte do participante ou a Conta de Assistido no caso de morte do assistido. Participante - Pessoa física que, na qualidade de servidor ou equiparado, adere ao Plano, nos termos e condições previstas no Regulamento. Patrocinador – O ente federativo e seus respectivos poderes regularmente constituídos que aderirem a este Plano, mediante celebração de convênio de adesão. Plano ou Plano de Benefícios – Conjunto de direitos e obrigações reunidos no Regulamento com o objetivo de pagar benefícios previdenciários aos seus participantes e beneficiários, mediante a constituição de reservas decorrente de contribuições do		
---	--	--

Patrocinador e dos Participantes e pela rentabilidade dos investimentos. Plano de Custeio – Instrumento no qual é estabelecido o nível de contribuição necessário para o custeio dos benefícios e das despesas administrativas do Plano. Portabilidade - Instituto legal que faculta ao Participante que se desligar do Patrocinador antes de entrar em gozo de benefício, optar por transferir os recursos financeiros correspondentes ao seu direito acumulado no Plano para outro plano de benefícios de caráter previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar o referido plano. Regulamento do Plano ou Regulamento – Documento que define os direitos e obrigações dos membros do Plano. Resgate - Instituto legal que faculta ao Participante o recebimento de valor decorrente do seu desligamento do Plano, nas condições previstas no Regulamento. Salário de Participação - Valor da remuneração ou subsídio do Participante sobre o qual incidem as contribuições ao Plano, conforme definido no Regulamento. Taxa de Administração - Percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores do Plano, para fins de custeio das despesas administrativas da Entidade com o Plano. Taxa de Carregamento - Percentual incidente sobre o valor das contribuições e, se for o caso, sobre o valor dos benefícios de prestação continuada do Plano, para fins de custeio das despesas administrativas da Entidade com o Plano.		
--	--	--

Termo de Opção - Documento por meio do qual o Participante exerce opção pelos institutos do Autopatrocínio, do Benefício Proporcional Diferido, da Portabilidade ou do Resgate, nas condições previstas no Regulamento. Teto do RGPS – Valor correspondente ao limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.		
CAPÍTULO I		
DA FINALIDADE		
Art. 1º Este Regulamento tem por finalidade instituir o Plano de Previdência Complementar do Município de Florianópolis - FloripaPrev, doravante denominado Plano, para os servidores do Patrocinador, administrado pelo Fundo Multipatrocinado de Previdência Complementar Santa Catarina - FUMPRESC, doravante denominada Entidade.		
Parágrafo único. O Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Definida.		
CAPÍTULO II		
DOS MEMBROS		
Art. 2º São membros do Plano: I - o Patrocinador; II - os Participantes;		

III - os Assistidos; e IV - os Beneficiários.		
Seção I Do Patrocinador		
Art. 3º Considera-se Patrocinador todo ente federativo e seus respectivos poderes regularmente constituídos que aderirem a este Plano, mediante celebração de convênio de adesão.		
Seção II Dos Participantes e Assistidos		
Art. 4º Considera-se Participante a pessoa física enquadrada em uma das seguintes categorias: I - Participante Ativo: aquele que, na qualidade de servidor no Patrocinador, venha a aderir ao Plano e a ele permaneça vinculado, observadas as condições dispostas nos §§ 1º e 2º deste artigo; II - Participante Autopatrocinado: aquele que, estando na condição de Participante, optar pelo instituto do Autopatrocínio; e III - Participante Vinculado: aquele que, estando na condição de Participante, optar pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido.		
§ 1º São Participantes Ativos Patrocinados os servidores públicos ocupantes de cargo efetivo vinculados ao Patrocinador, inscritos no Plano, cuja remuneração seja superior ao Teto do RGPS e que atendam pelo menos uma das seguintes condições:		

I – admitidos no serviço público após o início de vigência do correspondente regime de previdência complementar; ou II – admitidos no serviço público até o dia anterior ao início de vigência do correspondente regime de previdência complementar e que a ele venham a optar, conforme § 16 do artigo 40 da Constituição Federal.		
§ 2º São Participantes Ativos Facultativos os servidores vinculados ao Patrocinador, inscritos no Plano, e que atendam pelo menos uma das seguintes condições: I - admitidos no serviço público após o início de vigência do correspondente regime de previdência complementar e cuja remuneração seja igual ou inferior ao Teto do RGPS; II - admitidos no serviço público até o dia anterior ao início de vigência do correspondente regime de previdência complementar e que a ele não venham a optar; ou III – servidores públicos não ocupantes de cargo efetivo vinculados ao Patrocinador.		
§ 3º Os Participantes Ativos Facultativos não terão direito a contrapartida de contribuição do Patrocinador.		
§ 4º Os Participantes Ativos Facultativos serão enquadrados como Participante Ativo Patrocinado na hipótese de atendimento às condições do § 1º deste artigo.		
Art. 5º Considera-se Assistido o Participante ou seu Beneficiário em gozo de benefício de prestação continuada assegurado pelo Plano.		
Seção III		

Dos Beneficiários		
Art. 6º - São Beneficiários as pessoas designadas pelo Participante ou Assistido inscritas no Plano de Benefícios, para fins de recebimento do Benefício por Morte do Participante ou Assistido.		
§ 1º O Participante designará seus Beneficiários mediante o preenchimento de formulário próprio disponibilizado pela Entidade.		
§ 2º No caso de haver designação de mais de um Beneficiário, o Participante ou o Assistido deverá informar, por escrito, o percentual do rateio do benefício que caberá a cada um deles.		
§ 3º Não havendo indicação da proporcionalidade do rateio, este será feito em partes iguais aos Beneficiários designados.		
§ 4º O Participante ou o Assistido poderá, a qualquer tempo, alterar a relação de Beneficiários e o percentual do rateio do benefício mediante comunicação formal através de formulário próprio disponibilizado pela Entidade.		
Seção IV Da Inscrição		
Art. 7º A inscrição do Participante no Plano é imprescindível à obtenção de qualquer benefício ou direito a instituto por ele assegurado.		
Art. 8º A inscrição é facultativa e far-se-á mediante preenchimento de formulário fornecido pela Entidade, ressalvados os casos dos Participantes automaticamente inscritos, na forma da lei.		

§ 1º Os servidores públicos ocupantes de cargo efetivo no Patrocinador, admitidos no serviço público após o início de vigência do correspondente regime de previdência complementar e cuja remuneração seja superior ao Teto do RGPS, serão automaticamente inscritos no Plano desde a data de entrada em exercício.		
§ 2º Fica assegurado ao Participante o direito de requerer o cancelamento de sua inscrição processada automaticamente no prazo de até 90 (noventa) dias da data da inscrição, e a restituição de contribuições pessoais vertidas, atualizadas pela variação do Índice do Plano, a ser paga em até 60 (sessenta) dias contados da data do protocolado pedido de cancelamento na Entidade.	§ 2º Fica assegurado ao Participante o direito de requerer o cancelamento de sua inscrição processada automaticamente no prazo de até 120 (cento e vinte) dias da data da inscrição, e a restituição de contribuições pessoais vertidas, atualizadas pela variação do Índice do Plano, a ser paga em até 60 (sessenta) dias contados da data do protocolado pedido de cancelamento na Entidade.	Atendimento ao Art 4º da Res. CNPC nº 60/2024
§ 3º A restituição das contribuições em virtude do cancelamento da inscrição prevista no §2º deste artigo não caracteriza Resgate.		
§ 4º As contribuições realizadas pelo Patrocinador serão restituídas à respectiva fonte pagadora no mesmo prazo e condições previstos no § 2º deste artigo.		
Art. 9º No ato da inscrição será disponibilizado ao Participante o certificado, um exemplar do Estatuto da Entidade e do Regulamento do Plano, além de material explicativo que descreva em linguagem simples as características do Plano, por meio físico ou digital.		
Parágrafo único. O certificado deverá conter: I - os requisitos que regulam a admissão e a manutenção da qualidade de Participante; II - os requisitos de elegibilidade aos benefícios; e		

III - as formas de cálculo dos benefícios		
Seção V Do Cancelamento da Inscrição		
Art. 10. Dar-se-á o cancelamento da inscrição do Participante que: I - requerer; II - falecer; III - deixar de pagar 3 (três) contribuições básicas consecutivas ou 6 (seis) alternadas no período de vinte e quatro meses; ou IV - desligar-se do Patrocinador, ressalvada a opção pelos institutos do Autopatrocínio ou do Benefício Proporcional Diferido.		
Parágrafo único. Na hipótese do inciso III, o cancelamento da inscrição será precedido de notificação, que concederá 60 dias de prazo para o Participante regularizar sua situação junto ao Plano.		
Art. 11. Ressalvado o caso de falecimento do Participante, o cancelamento da inscrição do Participante importará na imediata perda dos direitos inerentes a essa qualidade e no cancelamento automático da inscrição dos seus Beneficiários, dispensado, em todos os casos, qualquer aviso ou notificação.		
Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos I e III do artigo 10, o Participante fará jus ao instituto do Resgate de que trata a Seção IV do Capítulo IX.		
CAPÍTULO III		

DAS DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS		
Art. 12. Este Plano será custeado pelas seguintes fontes de receita: I - Contribuição dos Participantes; II - Contribuição do Patrocinador; III - Recursos financeiros objeto de portabilidade, recepcionados pelo Plano; IV - Resultados dos investimentos dos bens e valores patrimoniais; e V - Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não previstas nos itens precedentes, observado o disposto no § 3º do art. 202 da Constituição Federal.		
Art. 13. O custeio do Plano será estabelecido considerando os percentuais aplicáveis sobre o Salário de Participação nas condições e nos limites previstos no Plano de Custeio e na legislação vigente.		
§ 1º Entende-se por Salário de Participação: I - para o Participante Ativo Patrocinado, a parcela de sua remuneração ou subsídio que exceder o teto do RGPS; II - para o Participante Ativo Facultativo, o valor da remuneração ou do subsídio do Participante; ou III - para o Assistido, a renda mensal que lhe for assegurada por força deste Regulamento.		
§ 2º O Salário de Participação, acrescido do teto do RGPS, não poderá exceder o limite que dispõe o inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal.		

Art. 14. O Salário de Participação do Participante vinculado a dois ou mais Patrocinadores será a soma dos salários recebidos de cada uma delas, observado o disposto no § 2º do artigo 13.		
Art. 15. O Salário de Participação do Participante Autopatrocinado e do Participante Vinculado será o mesmo do mês imediatamente anterior ao da perda do vínculo com o Patrocinador ou da perda da remuneração, atualizado no mês de novembro de cada ano, de acordo com a variação do Índice do Plano.		
CAPÍTULO IV		
DAS CONTRIBUIÇÕES		
Art. 16. O Participante contribuirá para o Plano por meio de: I - Contribuição Básica: mensal e obrigatória, com alíquota por ele fixada na data de inscrição no Plano, em percentual compreendido entre 3,5% (três vírgula cinco por cento) e 8,5% (oito vírgula cinco por cento) do Salário de Participação do Participante, com intervalos mínimos de 0,5% (zero vírgula cinco por cento); II - Contribuição Adicional: mensal e facultativa, determinada pela aplicação de percentual livremente escolhido pelo Participante, desde que não inferior a 1% (um por cento) incidente sobre o Salário de Participação; III - Contribuição Voluntária: esporádica e facultativa, de valor livremente escolhido pelo Participante; IV – Contribuição de Risco: mensal, a ser paga no caso de opção pela Parcela de Risco, enquanto houver contrato de seguro vigente, cujo valor ou alíquota será definido no Plano de Custeio; e		

V – Contribuição Adicional de Risco: mensal, a ser paga no caso de opção pela Parcela Adicional de Risco, enquanto houver contrato de seguro vigente, cujo valor ou alíquota será definido no Plano de Custeio.		
§ 1º Observados os limites fixados no Regulamento, o Participante poderá, mediante solicitação à Entidade, alterar os percentuais de Contribuição Básica e Adicional, no mês de novembro de cada ano, aplicando-se o novo percentual a partir do mês de janeiro do ano subsequente.		
§ 2º O Participante deverá solicitar formalmente à Entidade o aporte das contribuições de caráter facultativo.		
Art. 17. O Patrocinador contribuirá para o Plano por meio de: I - Contribuição Básica: mensal e obrigatória, de valor equivalente à Contribuição Básica do Participante; e II - Contribuição de Risco: mensal e obrigatória, de valor equivalente à Contribuição de Risco do Participante.		
§ 1º As contribuições do Patrocinador em favor do Participante cessam automaticamente a partir da data do encerramento do vínculo funcional do servidor com o Patrocinador ou do cancelamento de sua inscrição no Plano.		
§ 2º O valor da Contribuição Básica acrescida, quando for o caso, da Contribuição de Risco do Patrocinador, em hipótese alguma, excederá à Contribuição Básica, acrescida da Contribuição de Risco do Participante, e estará limitado a 8,5% (oito vírgula cinco por cento) do Salário de Participação de cada Participante.		

§ 3º Não haverá qualquer contribuição do Patrocinador em nome do Participante em licença não remunerada, do Participante Ativo Facultativo, do Participante Vinculado e do Participante Autopatrocinado, ressalvado o caso deste último, se decorrente de perda parcial de remuneração, para o qual haverá contrapartida de Contribuição Básica e Contribuição de Risco do Patrocinador sobre parcela do Salário de Participação efetivamente recebida.		
Art. 18. O Patrocinador deverá recolher as contribuições mensais de sua responsabilidade à Entidade juntamente com as contribuições retidas dos Participantes, constantes da folha de pagamento até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao do mês da respectiva competência.		
§ 1º As contribuições dos Participantes Autopatrocinados e dos Vinculados deverão ser por eles recolhidas no mesmo prazo, diretamente à Entidade.		
§ 2º A inobservância do prazo disposto no caput deste artigo sujeita o responsável pelo recolhimento ao pagamento do valor correspondente a sua obrigação, atualizado pela variação da cota patrimonial do Plano no período compreendido entre a data devida para o recolhimento das contribuições e a data do efetivo pagamento, além da incidência de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor corrigido das referidas contribuições em atraso.		
§ 3º As contribuições devidamente atualizadas a que se referem o § 2º deste artigo serão destinadas de acordo com sua finalidade e o valor da multa para o Fundo Administrativo.		
Art. 19. O Participante em licença não remunerada poderá, mediante requerimento, suspender o aporte da Contribuição Básica, da Contribuição de Risco ou da Contribuição Adicional de Risco, caso		

tenha optado, para o Plano por no máximo 24 (vinte e quatro) meses ininterruptos ou não, no período de 60 (sessenta) meses, sem prejuízo da manutenção de sua inscrição.		
§1º Durante o período de suspensão de que trata o caput deste artigo, o Participante compartilhará o custeio das despesas administrativas por meio de Taxa de Administração mencionada no Parágrafo único do art. 20 ou por meio de Taxa de Administração específica, incidente sobre o Saldo Total apurado ao final de cada mês, cujo percentual será definido anualmente no Plano de Custeio, baseado em critérios uniformes e não discriminatórios e amplamente divulgado aos Participantes e Assistidos nos termos da legislação aplicável.		
§ 2º Durante o período de suspensão da Contribuição de Risco ou da Contribuição Adicional de Risco também ficarão suspensas as coberturas de risco contratadas.		
CAPÍTULO V		
DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
Art. 20. As despesas administrativas, relacionadas com a gestão do Plano, poderão ser custeadas por: I - Contribuições dos Participantes e Assistidos; II - Contribuições do Patrocinador; III - Taxa de Administração; IV - Receitas Administrativas;		

V - Fundo Administrativo; e		
VI – Doações, observado o disposto no § 3º do art. 202 da Constituição Federal.		
Parágrafo único. O Conselho Deliberativo da Entidade, a partir de proposta fundamentada pela Diretoria Executiva, definirá anualmente a Taxa de Administração e a Taxa de Carregamento, as quais serão amplamente divulgadas nos termos da legislação vigente, e observarão a paridade em relação ao custeio administrativo.		
CAPÍTULO VI		
DAS CONTAS		
Art. 21. Os recursos previstos no Capítulo IV, exceto os destinados ao custeio administrativo e as contribuições de risco e contribuições da parcela adicional de risco serão transformados em cotas patrimoniais do Plano, e comporão a Conta de Participante, a Conta de Patrocinador e a Conta de Portabilidade, para cada Participante.		
§ 1º A Conta de Participante será constituída dos recursos obtidos da Contribuição Básica, da Contribuição Adicional, da Contribuição Voluntária, aportadas pelo Participante, descontada a Taxa de Carregamento, e dos retornos dos investimentos.		
§ 2º A Conta de Patrocinador será constituída dos recursos obtidos da Contribuição Básica de Patrocinador, descontada a Taxa de Carregamento, e dos retornos dos investimentos.		
§ 3º A Conta de Portabilidade será constituída pelos valores portados de outro plano de benefícios de entidade de previdência complementar ou de sociedade seguradora, segregada em subconta		

de entidade aberta e subconta de entidade fechada, de acordo com sua origem.		
§ 4º A soma dos saldos da Conta de Participante, da Conta de Patrocinador e da Conta de Portabilidade constituirão o Saldo Total.		
§ 5º A Conta de Assistido será constituída pela transferência do Saldo Total, por ocasião da concessão do Benefício de Aposentadoria, do Benefício por Invalidez ou do Benefício por Morte do Participante ou Assistido observado, quando for o caso, o disposto no art. 25.		
Art. 22. As cotas patrimoniais das Contas terão o valor original de R\$1,00 (um real) cada, na data de início de vigência do Regulamento.		
Parágrafo único. O valor da cota será atualizado mensalmente pela rentabilidade líquida alcançada com a aplicação dos recursos.		
Art. 23. A movimentação das Contas será feita em moeda corrente e em cotas.		
CAPÍTULO VII		
DOS BENEFÍCIOS		
Seção I Do Benefício de Aposentadoria		
Art. 24. O Benefício de Aposentadoria será concedido ao Participante que o requerer, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições: I - Estar em gozo do benefício de aposentadoria concedido pelo regime de previdência do ente federativo a que estiver vinculado;		

II – Número de contribuições, mínimo de 60 (sessenta) contribuições mensais contribuições ao Plano; e III - cessação do vínculo funcional com o Patrocinador.		
§ 1º O benefício de que trata o caput, em relação aos Autopatrocinados e aos Vinculados, será devido a partir da data em que se tornaria elegível caso mantivesse a sua inscrição no Plano na condição anterior à opção pelo instituto.		
§ 2º O Benefício de Aposentadoria será devido a partir da data do protocolo do requerimento pelo Participante na Entidade.		
Art. 25. No momento do requerimento do benefício, ao Participante será facultada a opção por receber valor correspondente a até 25% (vinte e cinco por cento) do Saldo Total em pagamento único, sendo o valor restante transferido para a Conta de Assistido.		
Parágrafo único. É facultado ainda ao Participante, na data da concessão de benefício, a opção pela contratação da cobertura por sobrevivência, observado o limite máximo definido pelo Conselho Deliberativo, que deve ser assegurada por sociedade seguradora emitente da apólice de seguro contratada pela Entidade na forma do disposto no capítulo VIII.		
Art. 26. O Benefício de Aposentadoria será calculado com base no saldo da Conta de Assistido, conforme definição formal do Participante na data do requerimento do benefício, dentre as opções adiante descritas: I - Renda por percentual do saldo de conta - calculada pela aplicação de um percentual entre 0,5% e 1,5%, a critério do Participante, sobre o saldo de Conta de Assistido, com variação em intervalos de 0,1%, a ser paga enquanto houver saldo; ou II - Renda em cotas por prazo certo - calculada pela transformação do saldo de Conta de Assistido em renda mensal financeira, a ser paga pelo prazo de 120 meses a 240 meses, a critério do Participante.		

§ 1º O percentual de que trata o inciso I do caput deste artigo, utilizado para o cálculo do benefício inicial e dos benefícios subsequentes, deverá assegurar o pagamento do benefício no prazo mínimo total de 60 (sessenta meses), contados da data de início do benefício.		
§ 2º O valor do benefício mensal será calculado considerando o valor da cota do último dia do mês imediatamente anterior ao de sua competência.		
§ 3º Após a concessão do benefício, mediante requerimento, o Assistido poderá alterar a forma de recebimento do benefício entre as opções a que se referem os incisos I e II do caput, bem como o percentual ou o prazo escolhido, no mês de novembro de cada ano, para vigorar a partir do exercício seguinte, observado o prazo mínimo total de 60 (sessenta) meses de pagamento do benefício, contados da data de início do benefício.		
§ 4º Não havendo manifestação formal do Assistido, o percentual ou o prazo do Benefício de Aposentadoria em vigor será mantido no exercício seguinte.		
§ 5º Na data da concessão do benefício o Participante poderá optar formalmente pelo recebimento de Abono Anual no mês de dezembro, podendo rever sua opção no mês a que se refere o § 3º deste artigo.		
§ 6º O valor do Abono Anual, caso o participante tenha optado, será equivalente ao valor do Benefício de Aposentadoria do mês de dezembro.		
Art. 27. Ressalvado o primeiro ano de concessão, o Benefício de Aposentadoria será composto por 12 (doze) parcelas a cada ano,		

pagas pela Entidade até o 5º dia útil do mês subsequente ao de competência.		
Art. 28. Se, a qualquer momento, o Benefício de Aposentadoria resultar em valor inferior a R\$ 300,00 (trezentos Reais) o saldo remanescente da Conta de Assistido será pago à vista em parcela única.		
§ 1º Observados os limites definidos nos incisos I e II e no § 1º do artigo 26, o Assistido poderá alterar a forma de recebimento do benefício, bem como o percentual ou o prazo, conforme o caso, a fim de que a renda resulte em valor superior ao limite previsto no caput.		
§ 2º O esgotamento do saldo da Conta de Assistido implicará a extinção de todo e qualquer compromisso da Entidade para com o Participante e seus Beneficiários, salvo se o participante contratou cobertura por sobrevivência.		
Art. 29. O Benefício de Aposentadoria se extingue: I - Com a morte do Assistido; ou II - Findo o saldo da Conta de Assistido, inclusive nas hipóteses de pagamento único.		
Parágrafo único. Em caso de falecimento do Assistido e na inexistência de Beneficiários, o saldo remanescente da Conta de Assistido será pago aos herdeiros mediante a apresentação de documento pertinente.		
Seção II Do Benefício por Invalidez		

Art. 30. Ocorrendo a invalidez do Participante, inclusive na condição de Autopatrocinado ou Vinculado, o Participante fará jus ao Benefício por Invalidez, calculado na forma prevista nos artigos 25 e 26.		
§ 1º Para o recebimento do Benefício por Invalidez o Participante deverá comprovar a invalidez mediante comprovação da concessão do benefício de aposentadoria por invalidez junto ao regime de previdência social a que estiver vinculado ou, na falta de vinculação a regime previdenciário, por meio de laudo emitido por corpo médico indicado pela Entidade.		
§ 2º Na eventualidade da ocorrência de invalidez do Participante que tenha optado pela Parcela de Risco e ou Parcela Adicional de Risco, será adicionada ao saldo da Conta de Participante a indenização paga pela sociedade seguradora à Entidade.		
Seção III Do Benefício por Morte de Participante ou de Assistido		
Art. 31. Ocorrendo o falecimento do Participante, inclusive na condição de Autopatrocinado, vinculado ou assistido, seus Beneficiários farão jus ao Benefício por Morte do Participante ou Assistido, calculado com base no saldo da Conta de Assistido, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 6º, em uma das formas previstas no artigo 26.		
§ 1º Ocorrendo o falecimento de Participante sem Beneficiários, o saldo existente na Conta de Assistido será pago aos herdeiros legais do Participante, mediante a apresentação de documento pertinente.		
§ 2º Na eventualidade da ocorrência de morte do Participante ou do Assistido que tenha optado pela Parcela de Risco e ou Parcela Adicional de Risco, será adicionada ao saldo de Conta de Participante		

ou Conta de Assistido, quando for o caso, a indenização paga pela sociedade seguradora à Entidade.		
CAPÍTULO VIII		
DA CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA		
Art. 32. A cobertura da Parcela de Risco da Parcela Adicional de Risco ou da cobertura por Sobrevivência é condicionada a existência de contrato vigente entre a Entidade e sociedade seguradora ou resseguradora.		
§ 1º A Entidade, ao celebrar contrato com a sociedade seguradora, nos termos da legislação vigente, assumirá a condição de representante legal dos Participantes.		
§ 2º As condições de contratação, carência, vigência, renovação e eventual suspensão ou cancelamento de Parcela de Risco e de Parcela Adicional de Risco deverão estar disciplinados no contrato firmado entre a Entidade e a sociedade seguradora ou resseguradora.		
§ 3º A cobertura da Parcela de Risco será limitada ao resultado da multiplicação do valor da contribuição vigente na data da contratação ou renovação pelo número de meses necessários até a data de elegibilidade ao Benefício de Aposentadoria.		
§ 4º Os Participantes Facultativos, os Participantes Autopatrocinados e os Participantes Vinculados poderão optar somente pela Parcela Adicional de Risco.		
CAPÍTULO IX		
DOS INSTITUTOS LEGAIS		
Seção I Autopatrocínio		

Art. 33. É facultado ao Participante manter o valor de suas contribuições e as correspondentes devidas pelo Patrocinador em caso de perda parcial ou total da remuneração recebida, para assegurar a percepção dos benefícios previstos no Regulamento nos níveis correspondentes àquela remuneração, mediante opção pelo Autopatrocínio assumindo a condição de Participante Autopatrocinado.		
§ 1º A cessação do vínculo funcional com o Patrocinador será entendida como uma das formas de perda total da remuneração recebida.		
§ 2º A opção pelo Autopatrocínio não impede posterior opção pelo Benefício Proporcional Diferido, pela Portabilidade ou pelo Resgate.		
§ 3º É facultado ao Participante Autopatrocinado alterar o percentual de contribuição, mediante requerimento por escrito, observada a periodicidade estabelecida no § 1º do artigo 16 e os limites fixados neste Regulamento.		
§ 4º Após o desconto dos custos das despesas administrativas e da Contribuição Adicional de Risco, a totalidade das contribuições aportadas pelo Participante Autopatrocinado será alocada na Conta de Participante.		
Seção II Benefício Proporcional Diferido		
Art. 34. O Participante que perder o vínculo funcional com o Patrocinador, antes de preencher as condições exigidas para recebimento do Benefício de Aposentadoria, e tiver pelo menos 1 (um) anos de vinculação ao Plano, poderá optar pelo Benefício Proporcional Diferido assumindo a condição de Participante Vinculado.		

Parágrafo único. A opção pelo Benefício Proporcional Diferido não impede posterior opção pela Portabilidade ou pelo Resgate.	§1º A opção pelo Benefício Proporcional Diferido não impede posterior opção pela Portabilidade, pelo Resgate ou pelo Autopatrocínio.	Inclusão de posterior opção pelo autopatrocínio para adotar as condições estabelecidas no artigo 3º da CNPC nº 50/2022. Ajuste de numeração de §.
	§2º O Benefício decorrente da opção pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido será calculado e devido a partir da data do requerimento, desde que o Participante Vinculado ou os seus Beneficiários estejam elegíveis a um dos Benefícios previstos no Regulamento.	Inclusão para atendimento ao artigo 6º da CNPC nº 50/2022.
Art. 35. A opção pelo Benefício Proporcional Diferido implicará, a partir da data do requerimento, a cessação do aporte da Contribuição Básica de Participante e de Patrocinador para o Plano.		
§ 1º O Participante Vinculado compartilhará o custeio das despesas administrativas nos termos do parágrafo único do artigo 20.	§1º O Participante Vinculado compartilhará o custeio das despesas administrativas nos termos do parágrafo único do artigo 20, assim como eventuais contribuições extraordinárias, quando devidas;	Inclusão para atendimento ao artigo 5º da CNPC nº 50/2022.
§ 2º Ao Participante Vinculado será facultado o aporte de Contribuições Voluntárias, e da Contribuição Adicional de Risco.		
Seção III Portabilidade		
Art. 36. O Participante que perder o vínculo funcional com o Patrocinador, desde que tenha pelo menos 1 (um) ano de vinculação ao Plano, não esteja em gozo do Benefício de Aposentadoria e não tenha optado pelo Resgate, poderá optar pela Portabilidade.		
Parágrafo único. A opção pela Portabilidade será exercida na forma e condições estabelecidas neste regulamento, em caráter irrevogável e irretratável.		

Art. 37. O instituto da Portabilidade faculta ao Participante transferir o Saldo Total para outro plano de benefícios de caráter previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora devidamente autorizada.	Art. 37. O instituto de Portabilidade faculta ao Participante transferir o direito acumulado, correspondente ao seu Saldo Total , para outro plano de benefícios de caráter previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou sociedade devidamente autorizada, inclusive para outros planos administrados pelo FUMPRESC.	Adequação aos artigos 8º e 13º da CNPC nº 50/2022.
Parágrafo único. O Saldo Total será apurado de acordo com o valor da cota patrimonial do último dia do mês imediatamente anterior à data da efetiva transferência.	§1º O Saldo Total será apurado de acordo com o valor da cota patrimonial do último dia do mês imediatamente anterior à data da efetiva transferência.	Ajuste de numeração de §
	§2º Será descontado do valor a ser portado, previsto no caput deste artigo, eventuais contribuições extraordinárias, bem como eventuais débitos do Participante para com o FUMPRESC, inclusive valores ainda não vencidos relativos a operações com o Participante.	Inclusão de § para adequação aos artigos 13º e 15º da CNPC nº 50/2022.
Art. 38. A opção pela Portabilidade será formalizada pela assinatura do Participante no Termo de Portabilidade, assim considerado o instrumento celebrado mediante sua expressa anuência, de acordo com a legislação aplicável.	Art. 38 A opção pela Portabilidade será formalizada pela assinatura do Participante no Termo de Portabilidade, que será emitido pela Entidade de origem, em meio físico ou eletrônico , assim considerado o instrumento celebrado mediante sua expressa anuência, de acordo com a legislação aplicável.	Adequação ao art. 122 da Resolução Previc nº 23/2023.
§ 1º A opção pela Portabilidade acarretará o cancelamento da inscrição do Participante e de seus Beneficiários no Plano.		
§ 2º Os recursos portados pelo Participante para este Plano não estão sujeitos ao cumprimento de carência para nova portabilidade.	§ 2º Os recursos portados pelo Participante para este Plano não estão sujeitos ao cumprimento de carência para nova portabilidade e poderão ser recepcionados durante a fase de concessão de benefício.	Inclusão de § para adequação ao §3º do art. 10º da CNPC nº 50/2022.
	§ 3º Os recursos portados pelo Participante para este Plano serão controlados separadamente, contendo a segregação das parcelas correspondentes às contribuições do Participante e do Patrocinador, sem prejuízo ao disposto no §3º do artigo 21.	Inclusão para adequação ao art. 10º da CNPC nº 50/2022.

	§ 4º A segregação das parcelas correspondentes às contribuições de Participante e de Patrocinador oriundas de recursos portados de outro plano de previdência complementar não será aplicada aos recursos recebidos em decorrência de retirada de patrocínio de outro plano previdenciário e nem tão pouco decorrentes de portabilidade realizada anteriormente à 31/12/2023.	Inclusão de § para adequação ao art. 126 da Resolução Previc nº 23/2023.
	§ 5º O Termo de Portabilidade será confeccionado e encaminhado à entidade que administra o Plano de Benefícios de Destino, no prazo e condições estabelecidas na legislação, sendo que quando se tratar de Portabilidade para entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora, o respectivo termo deve ser entregue ao próprio Participante.	Inclusão de § para adequação ao art. 123 da Resolução Previc nº 23/2023.
Art. 39. A Portabilidade dar-se-á mediante estrita observância dos normativos em vigor que trate de portabilidade de recursos entre planos de benefícios de caráter previdenciário administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, por Entidades Abertas de Previdência Complementar – EAPC ou por sociedade seguradora, conforme o caso.		
Art. 40. Os recursos financeiros serão transferidos de um plano de benefícios para outro em moeda corrente nacional, ficando vedado seu trânsito, sob qualquer forma, pelo Participante ou pelo Patrocinador.	Art. 40. Os recursos financeiros serão transferidos de um plano de benefícios para outro em moeda corrente nacional, observado os prazos e condições estabelecidas na legislação , ficando vedado seu trânsito, sob qualquer forma, pelo Participante ou pelo Patrocinador.	Adequação ao Art. 127 da Resolução Previc nº 23/2023.
Seção IV Resgate		
Art. 41. O Participante que perder o vínculo funcional com o Patrocinador, não estiver em gozo de Benefício de Aposentadoria e não optar pelos institutos do Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido ou da Portabilidade terá direito ao Resgate.		

	Parágrafo Único. Caso o Participante tenha suspensão do contrato de trabalho decorrente do Benefício de Aposentadoria por Invalidez concedido pela Previdência Social, é assegurado a esse a opção pelo recebimento do Resgate.	Inclusão de Parágrafo Único para adequação ao § 5º do art. 17º da CNPC nº 50/2022.																								
Art. 42. O valor de Resgate corresponde a 100% (cem por cento) do saldo da Conta de Participante acrescido de um percentual do saldo da Conta de Patrocinador, conforme tabela a seguir, e será pago de acordo com o valor da cota do último dia do mês imediatamente anterior à data do efetivo pagamento. <table><tr><th>Tempo de Vinculação ao Plano</th><th>% Aplicável sobre a Conta de Patrocinador</th></tr><tr><td>Até 1 ano de vinculação</td><td>10%</td></tr><tr><td>de 1 ano e 1 dia a 3 anos de vinculação</td><td>20%</td></tr><tr><td>de 3 anos e 1 dia a 6 anos de vinculação</td><td>30%</td></tr><tr><td>de 6 anos e 1 dia a 10 anos de vinculação</td><td>40%</td></tr><tr><td>Acima de 10 anos e 1 dia de vinculação</td><td>50%</td></tr></table>	Tempo de Vinculação ao Plano	% Aplicável sobre a Conta de Patrocinador	Até 1 ano de vinculação	10%	de 1 ano e 1 dia a 3 anos de vinculação	20%	de 3 anos e 1 dia a 6 anos de vinculação	30%	de 6 anos e 1 dia a 10 anos de vinculação	40%	Acima de 10 anos e 1 dia de vinculação	50%	Art 42. O valor do Resgate corresponde a 100% (cem por cento) do saldo da Conta de Participante, acrescido de 100% (cem por cento) do saldo da Conta de Portabilidade, observado o disposto no §1º deste artigo, e de um percentual do Saldo de Conta de Patrocinador, conforme tabela a seguir, e será pago de acordo com o valor da cota do último dia do mês imediatamente anterior à data do efetivo pagamento. <table><tr><th>Tempo de Vinculação ao Plano</th><th>% Aplicável sobre a Conta de Patrocinador</th></tr><tr><td>Até 1 ano de vinculação</td><td>10%</td></tr><tr><td>de 1 ano e 1 dia a 3 anos de vinculação</td><td>20%</td></tr><tr><td>de 3 anos e 1 dia a 6 anos de vinculação</td><td>30%</td></tr><tr><td>de 6 anos e 1 dia a 10 anos de vinculação</td><td>40%</td></tr><tr><td>Acima de 10 anos e 1 dia de vinculação</td><td>50%</td></tr></table>	Tempo de Vinculação ao Plano	% Aplicável sobre a Conta de Patrocinador	Até 1 ano de vinculação	10%	de 1 ano e 1 dia a 3 anos de vinculação	20%	de 3 anos e 1 dia a 6 anos de vinculação	30%	de 6 anos e 1 dia a 10 anos de vinculação	40%	Acima de 10 anos e 1 dia de vinculação	50%	Adequação ao art. 18º da CNPC nº 50/2022.
Tempo de Vinculação ao Plano	% Aplicável sobre a Conta de Patrocinador																									
Até 1 ano de vinculação	10%																									
de 1 ano e 1 dia a 3 anos de vinculação	20%																									
de 3 anos e 1 dia a 6 anos de vinculação	30%																									
de 6 anos e 1 dia a 10 anos de vinculação	40%																									
Acima de 10 anos e 1 dia de vinculação	50%																									
Tempo de Vinculação ao Plano	% Aplicável sobre a Conta de Patrocinador																									
Até 1 ano de vinculação	10%																									
de 1 ano e 1 dia a 3 anos de vinculação	20%																									
de 3 anos e 1 dia a 6 anos de vinculação	30%																									
de 6 anos e 1 dia a 10 anos de vinculação	40%																									
Acima de 10 anos e 1 dia de vinculação	50%																									
	§1º. Será permitido ao Participante somente o Resgate de recursos oriundos de Portabilidade, constituídos em plano de previdência complementar aberta, administrado por uma EAPC, ou uma Sociedade Seguradora, sendo vedado ao Participante o Resgate de recursos oriundos de Portabilidade, constituídos em plano de benefícios administrado por entidade fechada de previdência complementar, sendo que estes serão, necessariamente, objeto de nova Portabilidade.	Inclusão de § para adequação ao art. 18º da CNPC nº 50/2022.																								

	§2º Do valor do Resgate de que trata o caput deste artigo, poderá ser deduzido a parcela destinada à cobertura dos benefícios de risco que, na forma do plano de custeio, seja de responsabilidade do Participante, assim como valores referentes a eventuais débitos do Participante junto ao plano de benefícios, inclusive valores ainda não vencidos relativos a operações com o Participante.	Inclusão de § para adequação ao art. 22º da CNPC nº 50/2022.
Art. 43. O pagamento do Resgate será realizado até o último dia útil do mês subsequente ao da formalização da opção em pagamento único ou, a critério do Participante, em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, atualizadas pelo valor da última cota patrimonial disponível.	Art. 43. O pagamento do Resgate será realizado até o último dia útil do mês subsequente ao da formalização da opção em pagamento único, com possibilidade de diferimento em até 90 dias , ou, a critério do Participante, em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, atualizadas pelo valor da última cota patrimonial disponível.	Adequação ao art. 21º da CNPC nº 50/2022.
§ 1º Na hipótese de opção pelo parcelamento do Resgate e de falecimento do Participante antes do final do prazo de pagamento, o valor remanescente devido será pago em parcela única aos respectivos Beneficiários ou, na ausência, aos herdeiros legais.		
§ 2º O pagamento único ou o da última parcela do valor do Resgate extingue definitivamente todas as obrigações da Entidade em relação ao Participante e a seus Beneficiários.		
§ 3º Observado o disposto no § 1º deste artigo, a restituição do saldo da subconta de entidade fechada da Conta de Portabilidade deverá ser efetivada por meio de portabilidade para outro plano de benefícios de caráter previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar o referido plano.		
Seção V Das disposições comuns aos Institutos		

Art. 44. Observada a legislação aplicável, a Entidade fornecerá ao Participante que cessar o vínculo funcional com o Patrocinador um extrato para subsidiar a opção por um dos institutos previstos neste Capítulo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do custeio e recebimento da comunicação da cessação do vínculo funcional ou da data do requerimento protocolado pelo Participante perante a Entidade.	Art. 44. Observada a legislação aplicável, a Entidade fornecerá ao Participante que cessar o vínculo funcional com o Patrocinador um extrato, por meio físico ou eletrônico , para subsidiar a opção por um dos institutos previstos neste Capítulo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do custeio e recebimento da comunicação da cessação do vínculo funcional ou da data do requerimento protocolado pelo Participante perante a Entidade.	Adequação ao art. 116 da Resolução Previc nº 23/2023.
	Parágrafo Único. Para fins deste Regulamento, a transferência de Participantes de seu empregador, patrocinador deste Plano, para outra empresa do mesmo grupo econômico que não seja patrocinador deste Plano, é equiparada à cessação de vínculo empregatício, sendo assegurado aos Participantes transferidos a opção pelos institutos, que poderá ser feita independentemente de carência, obedecidas as demais disposições previstas neste Regulamento.	Inclusão de Parágrafo único para adequação ao art. 30º da CNPC nº 50/2022.
Art. 45. No prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do extrato de que trata o artigo anterior, e observados os prazos regulamentares para eventual contestação das informações constantes do extrato, o Participante deverá exercer sua opção mediante Termo de Opção em formulário próprio fornecido pela Entidade.	Art. 45. No prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do extrato de que trata o artigo, e observados os prazos regulamentares para eventual contestação das informações contantes do extrato, o Participante deverá exercer sua opção mediante Termo de Opção em formulário próprio fornecido pela Entidade, que será disponibilizado de forma física ou eletrônica.	Adequação ao art. 121 da Resolução Previc nº 23/2023.
	§1º Em caso de constestação, pelo Participante, referente as informações constantes do Extrato, o prazo para opção a que se refere o caput deste artigo será suspenso até que sejam prestados os pertinentes esclarecimentos, num prazo máximo de 30 (trinta) dias.	Inclusão para adequação ao § 2º do art. 121 da Resolução Previc nº 23/2023.
Parágrafo único. Transcorrido o prazo previsto no caput deste artigo sem manifestação expressa, o Participante terá presumida a opção pelo Benefício Proporcional Diferido, atendidas as demais condições previstas no Regulamento.	§2º Transcorrido o prazo previsto no caput deste artigo sem manifestação expressa, o Participante terá presumida a opção pelo Benefício Proporcional Diferido, atendidas as demais condições previstas no Regulamento.	Ajuste da numeração em função de inclusão de §.

CAPÍTULO X		
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS		
Art. 46. A Entidade disponibilizará informações cuja divulgação esteja prevista na legislação, sem prejuízo da divulgação de outros informes.		
Art. 47. Para fins de elegibilidade aos benefícios do plano e aos institutos, o tempo em que o Participante mantiver sua inscrição como vinculado será computado como tempo de contribuição ao Plano.		
Art. 48. Verificado erro no cálculo dos benefícios a Entidade fará revisão do benefício por meio de ajuste no valor das parcelas futuras, considerando o saldo remanescente da Conta de Assistido e a forma de pagamento escolhida.		
Art. 49. Nos casos em que o Participante ou o Beneficiário for incapaz, por força de lei ou de decisão judicial, o benefício será pago ao seu representante legal.		
Art. 50. É vedada a outorga de poderes irrevogáveis para a percepção dos benefícios previstos neste Regulamento.		
Art. 51. Este Regulamento somente poderá ser alterado mediante aprovação do órgão estatutário da Entidade e da autoridade governamental competente.		
Art. 52. Os recursos remanescentes verificados na Conta de Patrocinador, os quais, nas situações previstas neste Regulamento, não sejam utilizados para o pagamento de benefícios, de Portabilidade ou de Resgate, serão destinados à constituição de um fundo previdencial e será utilizado pelo Patrocinador como fonte de recursos para aporte futuro da respectiva Contribuição Básica ou Contribuição de Risco, conforme definido pelo órgão estatutário competente da Entidade.		

Art. 53. Sem prejuízo dos benefícios, prescreve em cinco anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes, na forma do Código Civil.		
Art. 54. Os casos omissos serão decididos pelo Conselho Deliberativo da Entidade.		